



ALISIOS
ACADEMIC LINKS
AND STRATEGIES
FOR THE
INTERNATIONALISATION
OF THE
HE SECTOR

ENSINO SUPERIOR E PESQUISA NA UE E NO BRASIL: ENQUADRAMENTO, POLÍTICAS E ESTRUTURAS

JULHO DE 2014

JOAQUIM CARVALHO
E
RITA MAIA

Projeto ALISIOS: Documento de Trabalho N.º 1



Erasmus
Mundus

With the support of the *Erasmus Mundus*
programme of the European Union.

*Projeto financiado com o apoio da Comissão
Europeia. A informação contida nesta publicação
vincula exclusivamente o autor, não sendo a
Comissão responsável pela utilização que dela
possa ser feita.*

Índice

Introdução	3
Ensino superior, pesquisa e inovação: principais políticas e iniciativas	4
Europa	4
Enquadramento institucional na UE	4
O Processo de Bolonha e o Espaço Europeu de Ensino Superior	4
O Espaço Europeu de Pesquisa	6
Inovação, Ciência e Transferência de Tecnologia	8
Estratégia Política Europeia 2010-2020	9
Links para informação-chave nas áreas do ensino superior, pesquisa e inovação na Europa	11
Brasil	12
Enquadramento institucional	12
Ensino Superior e Pesquisa	13
Garantia da Qualidade no Ensino Superior	14
Inovação, Ciência e Transferência de Tecnologia	14
Links para informação-chave nas áreas do ensino superior, pesquisa e inovação no Brasil	16
A Parceria Estratégica União Europeia –Brasil	17
Declarações Conjuntas e Planos de Ação	17
Diálogo Político sobre Ensino Superior	18
Diálogo Político sobre Ciência e Tecnologia	19
Links para informação-chave sobre a Parceria Estratégica União Europeia-Brasil	22
Conclusão	23
Anexo	24
Lista das organizações responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras na Europa	24
Lista de organizações brasileiras governamentais e não governamentais envolvidas na educação, pesquisa e inovação (organizadas alfabeticamente)	25
Órgãos/ Organizações governamentais	25
Organizações não-governamentais	25
Lista de órgãos da União Europeia e outras organizações europeias envolvidas na educação, pesquisa e inovação (organizadas alfabeticamente)	27
Órgãos/ redes da União Europeia	27
Outras organizações europeias	28

Introdução

Este é o primeiro de uma série de três documentos que serão produzidos no âmbito do projeto ALISIOS.

ALISIOS (*Academic Links and Strategies for the Internationalisation of the HE Sector*) é um projeto europeu Erasmus Mundus – Ação 3 promovido por oito organizações da Europa e do Brasil: Universidade de Coimbra (coordenadora), Associação Europeia de Universidades (EUA), Campus France, Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), Universidade de Bolonha, Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), Instituto Brasil-Europa da Universidade de São Paulo (IBE-USP). Estas organizações estão ativamente envolvidas na internacionalização acadêmica e têm larga experiência em gestão de programas de mobilidade, desenvolvimento de estratégias institucionais e políticas de ensino superior.

O projeto visa a criação de melhores sinergias entre o diálogo político da UE com o Brasil e as atividades e os programas de cooperação acadêmica com participação europeia e brasileira, com especial enfoque nas oportunidades criadas pelo programa de mobilidade Ciência sem Fronteiras (CsF). Ao diminuir a distância entre os processos políticos em curso ao nível da UE e os agentes envolvidos a nível nacional, o projeto ALISIOS irá contribuir para o desenvolvimento do enorme potencial das parcerias entre a UE e o Brasil, em matéria de integração da cooperação acadêmica com pesquisa, inovação e intercâmbio.

Os documentos produzidos pelo projeto ALISIOS têm por objetivo auxiliar os grupos-alvo do projeto (em particular pessoal docente e não docente do ensino superior, profissionais na área da internacionalização do ensino, coordenadores de redes e agências de ensino superior) a compreender os diferentes sistemas académicos de ensino superior e pesquisa em aspectos relacionados com intercâmbio, reconhecimento de estudos e garantia de qualidade. Abordam também a articulação de estratégias institucionais de internacionalização nas áreas de educação, pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico. São igualmente analisados os enquadramentos políticos e as relações bilaterais com enfoque no ensino superior e na pesquisa, tais como as Políticas e os Planos de Ação da Parceria Estratégica UE-Brasil.

Este primeiro documento do projeto ALISIOS tem uma natureza essencialmente descritiva e trata dos panoramas gerais do ensino superior e pesquisa na Europa e no Brasil, bem como da Parceria Estratégica estabelecida entre as duas regiões. Foca especialmente os quadros institucionais que formam o ensino superior e a pesquisa na União Europeia e no Brasil, assim como os instrumentos que regulam e promovem programas de ensino e pesquisa, especialmente na sua dimensão internacional.

Este trabalho serve igualmente para mapear os principais documentos, organizações e agentes relevantes para a cooperação internacional na área do ensino superior na União Europeia e no Brasil e, especificamente, no âmbito da relação bilateral UE-Brasil. A redação deste trabalho foi baseada em pesquisa documental e nas contribuições resultantes da interação entre os parceiros europeus e brasileiros do projeto ALISIOS. O documento contém diversos *links* para as fontes de informação utilizadas e um anexo com os principais agentes europeus e brasileiros envolvidos, para que os leitores interessados nestas matérias possam consultar mais detalhadamente as diferentes referências.



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

Ensino superior, pesquisa e inovação: principais políticas e iniciativas

Europa

Enquadramento institucional na UE

O panorama de ensino superior, pesquisa e inovação europeu é moldado pela forma como as competências nessas matérias estão distribuídas entre a União Europeia (UE) e os Estados-Membros. Pesquisa e inovação são áreas em que a UE e os Estados-Membros partilham competências, o que significa que tanto a UE como os Estados-Membros podem adotar legislação juridicamente vinculativa nessas matérias. A UE atua geralmente de acordo com o princípio da subsidiariedade, isto é, há leis que são aplicadas a nível europeu nos casos em que são mais eficazes do que quando aplicadas a nível nacional. Na área da educação, a UE apenas tem competências para apoiar ou complementar os atos dos Estados-Membros, não podendo interferir na harmonização de leis ou regulamentações nacionais¹.

A Comissão Europeia é o órgão executivo da UE. A Comissão define os objetivos e as prioridades de atuação, propõe legislação e gere as políticas e o orçamento da UE. A Comissão é constituída por 28 Comissários, um de cada país, eleito por um período de cinco anos. Cada Comissário é responsável por uma área de atuação política. As áreas de atuação política relevantes neste contexto incluem pesquisa, inovação, ciência, educação, cultura, multilinguismo, juventude, e, complementarmente, cooperação e desenvolvimento, relações internacionais e emprego.

Os serviços da Comissão Europeia estão organizados em Direções-Gerais (DG). A DG de Pesquisa e Inovação é responsável por desenvolver e implementar políticas de pesquisa e inovação². A DG de Educação e Cultura é responsável pelas políticas nas áreas da educação, cultura, juventude, línguas e desporto³.

Outras instituições europeias como o Conselho Europeu (representando diretamente os Estados-Membros) e o Parlamento Europeu (composto por representantes eleitos a nível nacional) desempenham também um papel importante nas áreas do ensino superior, da pesquisa e da inovação, uma vez que eles são os órgãos legislativos da UE que negociam e aprovam programas políticos e orçamentais⁴.

O Processo de Bolonha e o Espaço Europeu de Ensino Superior

O Processo de Bolonha deve o seu nome à chamada Declaração de Bolonha que foi assinada em 19 de junho de 1999, em Bolonha (Itália), pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 29 países europeus⁵. O Processo de Bolonha tornou-se uma expressão conhecida mundialmente para designar o que é, na realidade, um acordo intergovernamental para

¹ Para uma visão geral das competências da UE nas diferentes áreas, consulte: <http://ec.europa.eu/citizens-initiative/public/competences/faq>

² <http://ec.europa.eu/research>

³ http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/

⁴ Para uma visão geral sobre o modo como as diferentes instituições da UE interagem em relação a diferentes tópicos, veja: http://europa.eu/pol/index_en.htm; sobre pesquisa e inovação, veja http://europa.eu/pol/rd/index_en.htm; sobre educação e cultura, veja http://europa.eu/pol/educ/index_en.htm

⁵ http://www.ehea.info/Uploads/about/BOLOGNA_DECLARATION1.pdf

reformular o setor do ensino superior, em linha com o enquadramento político, os padrões e mecanismos de apoio europeus. O Processo de Bolonha originou a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (*European Higher Education Area – EHEA*), que atualmente inclui também países fora da UE (47 países no total, incluindo a Rússia e o Cazaquistão)⁶. Os objetivos iniciais do Processo de Bolonha visavam estimular reformas nacionais de educação no contexto de um quadro comum, tornar o ensino superior europeu mais compreensível e atraente mundialmente, promover mais cooperação e intercâmbio entre instituições de ensino superior, facilitar a mobilidade de estudantes, centrar o ensino e a aprendizagem no estudante, e, por esta via, melhorar a empregabilidade dos graduados. O Processo de Bolonha é geralmente associado com a introdução de um sistema baseado em três ciclos – graduação, mestrado e doutorado – inseridos em estruturas educacionais mais compreensíveis.

As várias cimeiras ministeriais que decorreram desde 1999 alargaram esta agenda e conferiram mais precisão às políticas, estruturas e ferramentas que têm vindo a ser desenvolvidas, bem como ao âmbito das áreas de atuação política abrangidas pelo EHEA. Atualmente as bases fundamentais do EHEA são o reconhecimento mútuo de diplomas e outras qualificações de ensino superior, a transparência (graus legíveis e comparáveis estruturados em três ciclos, com ênfase nos resultados de aprendizagem e na ligação entre o ensino e a pesquisa) e a cooperação europeia em matéria de garantia da qualidade.

Neste contexto, o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (*European Credit Transfer and Accumulation System - ECTS*)⁷ – um sistema de créditos baseados no volume total de trabalho do estudante – e o Suplemento ao Diploma (*Diploma Supplement – DS*)⁸ – um documento suplementar que acompanha um diploma de ensino superior e que providencia uma descrição da natureza, nível, contexto, conteúdo e estatuto dos estudos realizados com êxito pelo titular do diploma – desempenham um papel crucial enquanto instrumentos de transparência das qualificações.

Igualmente importantes são o Quadro de Qualificações do Espaço Europeu de Ensino Superior (*Qualifications Framework of the EHEA*), o Quadro Europeu de Qualificações (*European Qualifications Framework - EQF*)⁹ e as Normas e Orientações Europeias para a Garantia da Qualidade no Espaço Europeu de Ensino Superior (*European Standards and Guidelines for Quality Assurance in the EHEA - ESG*)¹⁰.

O EQF baseia-se em oito níveis de referência que descrevem o que um estudante deve saber, compreender e ser capaz de fazer (resultados de aprendizagem), após a conclusão de determinada qualificação. Os níveis das qualificações nacionais relacionam-se com um (ou, em alguns casos, com dois ou mais níveis, de acordo com os sistemas nacionais) dos níveis de referência do EQF, que vão desde o nível básico (Nível 1) até ao avançado (Nível 8). Este quadro de referência comum facilita a comparação entre sistemas nacionais de qualificações e o reconhecimento dessas qualificações quando os seus titulares se movem para outro país.

As ESG para o Espaço Europeu de Ensino Superior funcionam como critérios de admissão para as agências nacionais de garantia da qualidade poderem ser aceites no Registo Europeu das Agências de Garantia da Qualidade do Ensino Superior (*European Quality Assurance Register for Higher Education - EQAR*)¹¹. O EQAR foi lançado pelo Grupo E4: Associação

⁶ A abrangência geográfica do Espaço Europeu de Ensino Superior está limitada aos países que fazem parte da Convenção Cultural Europeia. Vários países da vizinhança europeia alinharam os seus sistemas com o Espaço Europeu de Ensino Superior, apesar de não fazer parte deste formalmente.

⁷ http://ec.europa.eu/education/tools/ects_en.htm

⁸ http://ec.europa.eu/education/tools/diploma-supplement_en.htm

⁹ O EQF é um quadro geral de qualificações desenvolvido pela UE enquanto que o EHEA-QF é um quadro específico de qualificações relativas ao ensino superior no Espaço Europeu de Ensino Superior. Os últimos três níveis de referência do EQF coincidem com os do EHEA-QF. Veja http://ec.europa.eu/eqf/home_en.htm e <http://www.ehea.info/article-details.aspx?ArticleId=17>

¹⁰ <http://www.eqar.eu/register/eligibility-and-criteria.html#c1510>

¹¹ <http://www.eqar.eu/>

Europeia de Universidades (EUA), Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ENQA), Associação Europeia de Estudantes (ESU) e a Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior (EURASHE). Estas organizações são parceiras sociais importantes no Processo de Bolonha e contribuem igualmente para os processos de decisão dos governos e para a implementação das medidas relevantes. O papel do EQAR é fornecer informação clara e fidedigna sobre as agências de garantia da qualidade credíveis e legítimas a operar na Europa. Os resultados das avaliações do ensino superior e a lista das instituições acreditadas e os seus programas de estudo são publicados nos sítios web dos respectivos órgãos governamentais relacionados com o ensino superior (como, por exemplo, as direções gerais de ensino superior e órgãos semelhantes), bem como nos sítios web das agências nacionais de garantia da qualidade dos diferentes países. É importante referir ainda que as ESG também contêm orientações sobre a garantia da qualidade interna das instituições de ensino superior (IES), uma outra faceta relevante da garantia da qualidade na Europa.

Para além dos instrumentos e das estruturas acima referidas, os Ministros também acordaram um conjunto de princípios e de políticas comuns, tais como o reconhecimento das IES como um bem público, que deve ser apoiado; a proteção da autonomia e da liberdade académica e o reconhecimento do papel central das universidades no desenvolvimento das sociedades democráticas e na coesão social; a responsabilidade das IES na busca do conhecimento e na promoção do civismo e do crescimento pessoal, para além da empregabilidade; a dimensão social, i.e., a necessidade de igualdade de oportunidades no acesso e na conclusão dos percursos de ensino superior e a diversificação da população estudantil, refletindo assim a articulação das sociedades.

A Declaração Ministerial de Budapeste-Viena de março de 2010¹² fez a avaliação do trabalho realizado na década a seguir à Declaração de Bolonha e lançou uma nova fase do Espaço Europeu de Ensino Superior. As prioridades atuais são consolidar as reformas nos níveis nacionais e institucionais, pondo os quadros nacionais de qualificações em diálogo com os quadros do Espaço Europeu de Ensino Superior (EHEA-QF), implementar plenamente a definição e a avaliação dos resultados de aprendizagem, proceder à revisão das ESG, medir melhor os diferentes fluxos de mobilidade de estudantes e de docentes, com vista a atingir o objetivo de 20% de mobilidade¹³, e melhorar as condições de mobilidade e de reconhecimento académico entre os países do Espaço Europeu de Ensino Superior e os países não-europeus. A evolução do Espaço Europeu de Ensino Superior pode ser acompanhado no sítio web www.ehea.info.

Contrariamente ao que muitos esperavam, o Processo de Bolonha não criou um espaço de ensino superior uniforme. O que ele conseguiu, na verdade, foi ligar e articular sistemas de ensino muito diversos, atingindo assim um dos seus objetivos. Embora alguns países e instituições tenham implementado reformas mais profundas do que outras, deve-se ter em conta que muitas destas reformas requerem um investimento a longo prazo para que o seu impacto surta efeito. Estão também em curso trabalhos para aprimorar as ferramentas e as estruturas do Espaço Europeu de Ensino Superior (ECTS, DS, ESG, NQF, etc.) e para melhorar o reconhecimento de estudos entre vários países do mundo inteiro, um dos tópicos do projeto ALISIOS.

O Espaço Europeu de Pesquisa

O Espaço Europeu de Pesquisa (*European Research Area – ERA*)¹⁴ é composto por todas as atividades, programas e políticas de pesquisa e desenvolvimento na Europa que envolvam uma perspectiva transnacional. Em conjunto, estas permitem aos pesquisadores, às

¹² http://www.ehea.info/Uploads/about/Budapest-Vienna_Declaration.pdf

¹³ Foi fixada uma meta que estabelece que 20% de todos os graduados do Espaço Europeu de Ensino Superior devem ter efetuado um período de intercâmbio até 2020.

¹⁴ http://ec.europa.eu/research/era/index_en.htm

instituições de pesquisa e às empresas uma maior capacidade de circulação, competitividade e cooperação internacionais. O principal objetivo é dar-lhes acesso a um espaço europeu aberto ao conhecimento e à tecnologia em que as sinergias e as complementaridades transnacionais possam ser plenamente exploradas.

O ERA consiste em atividades, programas e políticas desenhadas para serem implementadas em todos os níveis: regional, nacional e europeu.

Os programas doutorais são um pilar essencial do ERA e têm sido cada vez mais reconhecidos como um motor impulsionador da sustentabilidade da sociedade europeia do conhecimento, que se quer criativa, flexível e dotada de pesquisadores e trabalhadores, em geral, altamente qualificados. Em consequência, temas como a reforma dos programas doutorais, maior coordenação de políticas e melhor financiamento têm feito parte da agenda da Comissão Europeia, dos Estados-Membros e de redes internacionais de IES.

Neste contexto, a Associação Europeia de Universidades (EUA) e o seu Conselho para os Estudos Doutorais (*Council for Doctoral Education – CDE*)¹⁵, a maior e mais abrangente organização europeia relacionada com os estudos doutorais, conduziu o projeto de programas doutorais (*Doctoral Programmes project 2004-2005*), que levou à organização da conferência de Salzburgo e aos dez “Princípios de Salzburgo” (*Salzburg Principles*)¹⁶, reproduzidos na Declaração de Bergen no âmbito do Processo de Bolonha, enquanto bases para as reformas a operar nos programas doutorais na Europa. Cinco anos mais tarde, a EUA e o CDE organizaram uma série de seminários e de conferências com vista a apurar o nível de implementação dos princípios de Salzburgo nas universidades europeias, o que resultou nas Recomendações de Salzburgo II (*Salzburg Recommendations II, 2010*)¹⁷. Nesta sequência, a Comissão Europeia elaborou um conjunto de sete princípios para o desenvolvimento de programas doutorais inovadores (*Innovative Doctoral Training Principles – IDT Principles*) baseados nos Princípios e nas Recomendações de Salzburgo, nas boas práticas dos Estados-Membros e na experiência do programa Marie Curie.¹⁸

Os sete Princípios IDT foram subscritos pelo Conselho de Ministros da UE nas suas conclusões sobre a modernização do ensino superior nos dias 28-29 de novembro de 2011. Nesta ocasião, o Conselho apelou às instituições e aos Estados-Membros que “ligassem, sempre que possível e adequado, o financiamento nacional aos princípios para o desenvolvimento de programas doutorais inovadores”.¹⁹ As agências nacionais de financiamento têm agora novas oportunidades para financiar o desenvolvimento de programas doutorais inovadores no quadro do programa Horizonte 2020, uma vez que a vertente COFUND das Ações Maria Skłodowska-Curie irá ser alargada e passar a abranger o cofinanciamento de programas doutorais nacionais ou institucionais.

Ainda no âmbito da pesquisa, é importante realçar a criação da rede EURAXESS Links em 2006 e do Conselho Europeu de Investigação em 2007.

EURAXESS Links²⁰ é uma ferramenta que põe em rede os pesquisadores europeus a trabalhar fora da Europa e os não-europeus que desejam colaborar em projetos ou desenvolver uma carreira de investigação na Europa. Até ao momento, esta ferramenta foi lançada nos Estados Unidos da América, Japão, China, Índia, nos países da Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN)²¹, incluindo Singapura, Tailândia e Indonésia, e mais

¹⁵ <http://www.eua.be/cde/>

¹⁶ http://www.eua.be/eua/jsp/en/upload/Salzburg_Conclusions.1108990538850.pdf

¹⁷ http://www.eua.be/Libraries/Publications_homepage_list/Salzburg_II_Recommendations.sflb.ashx

¹⁸ http://ec.europa.eu/euraxess/pdf/research_policies/Principles_for_Innovative_Doctoral_Training.pdf

¹⁹ http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/educ/126375.pdf

²⁰ <http://ec.europa.eu/euraxess/index.cfm/links/index>

²¹ Association of Southeast Asian Nations: <http://www.asean.org>

recentemente no Brasil²². A rede EURAXESS Links fornece informação sobre pesquisa na Europa, políticas europeias de pesquisa, e oportunidades de financiamento para pesquisa, colaboração internacional e mobilidade transnacional de pesquisadores.

O Conselho Europeu de Pesquisa (*European Research Council – ERC*)²³ é um órgão de financiamento estabelecido pela Comissão Europeia que complementa outras atividades financiadas na Europa, tais como aquelas financiadas pelas agências nacionais, e constitui-se como uma componente essencial do Horizonte 2020, o Programa-Quadro para a Pesquisa da União Europeia entre 2014 e 2020. As bolsas do ERC são atribuídas por meio de concursos de projetos liderados por pesquisadores jovens ou mais experientes, independentemente da sua nacionalidade, que estão a trabalhar ou a mudar-se para trabalhar em países da União Europeia. A longo prazo, o ERC espera contribuir de forma substancial para o fortalecimento e consolidação do sistema europeu de pesquisa.

No Portal ERAWATCH²⁴ podemos obter informação analítica atualizada sobre as políticas, os agentes, as organizações e os programas de pesquisa e desenvolvimento a nível nacional, regional e da UE. Este Portal é uma iniciativa de longo prazo levada a cabo conjuntamente pelo Instituto de Prospectiva Tecnológica do Centro Comum de Pesquisa (JRC-IPTS) e pela Direção-Geral de Pesquisa e Inovação (DG-RTD), em estreita colaboração com a Direção-Geral das Empresas e da Indústria (DG-ENTR)²⁵ da Comissão Europeia. O ERAWATCH fornece informação-chave a tomadores de decisão, analistas políticos e à comunidade de investigadores em geral e contribui para a concretização do Espaço Europeu de Pesquisa (ERA) ao identificar as diferentes opções políticas e ao melhorar a coordenação das atividades científicas e tecnológicas. O Portal congrega também informação sobre os 13 países associados ao 7º Programa-Quadro de Pesquisa da União Europeia e sobre outros 20 países não-europeus, entre eles, o Brasil.

Inovação, Ciência e Transferência de Tecnologia

No campo da inovação e da transferência de tecnologia na Europa, chamamos a atenção para a iniciativa União da Inovação (*Innovation Union*)²⁶ da Direção-Geral de Pesquisa e Inovação, cujo principal objetivo é transformar a Europa num lugar propício ao florescimento de ideias inovadoras para o setor público, as empresas e a indústria, os empreendedores, os pesquisadores e os engenheiros.

A iniciativa União da Inovação é implementada através de vários organismos e ferramentas, por exemplo, o Centro Comum de Pesquisa e o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia.

O Centro Comum de Pesquisa (*Joint Research Centre – JRC*)²⁷ é uma Direção-Geral da Comissão Europeia. É composto por sete institutos de pesquisa, dotados de laboratórios especializados e de tecnologia de ponta, localizados na Bélgica, Alemanha, Itália, Holanda e Espanha. A missão do JRC é informar as políticas de pesquisa da UE através da elaboração de pareceres independentes, científicos e técnicos baseados em evidências ao longo de todo o ciclo de atuação política. Ao trabalhar em estreita colaboração com as Direções-Gerais responsáveis pela definição das políticas de atuação da UE, o JRC aborda desafios sociais fundamentais e estimula a inovação através do desenvolvimento de novos métodos, ferramentas e modelos, e da partilha do saber-fazer com os Estados-Membros, a comunidade

²² <http://ec.europa.eu/euraxess/index.cfm/links/eurRes/brazil>

²³ <http://erc.europa.eu>

²⁴ <http://erawatch.jrc.ec.europa.eu/erawatch/opencms/index.html>

²⁵ <http://ec.europa.eu/enterprise/>

²⁶ <http://ec.europa.eu/research/innovation-union/>

²⁷ <http://ec.europa.eu/dgs/jrc/>

científica e os seus parceiros internacionais.

O Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (*European Institute of Innovation and Technology – EIT*)²⁸ é um órgão da União Europeia com sede em Budapeste, Hungria. Os seus principais objetivos são aumentar o crescimento sustentável e a competitividade da Europa; reforçar a capacidade de inovação dos Estados-Membros; criar empreendedores e preparar o terreno para os futuros avanços inovadores nos campos científicos e tecnológicos. O EIT não providencia financiamento, ele é, na verdade, um organismo “guarda-chuva” que congrega redes de instituições europeias que acolhem as Comunidades de Conhecimento e Inovação (*Knowledge and Innovation Communities – KICs*)²⁹, através das quais o EIT pretende integrar de forma plena os três lados do chamado triângulo do conhecimento, i.e., ensino superior, pesquisa e empresas. As KICs podem candidatar-se a financiamento no âmbito do programa Horizonte 2020 e desenvolvem um conjunto alargado de atividades que cobrem toda a cadeia da inovação: desde programas de ensino e formação, desenvolvimento de projetos inovadores e de incubadoras de empresas, até ao reforço da ligação entre a pesquisa e os mercados.

É também importante realçar o papel da Rede Europeia de Empresas (*Enterprise Europe Network – EEN*)³⁰ e da iniciativa Startup Europe³¹ na ligação entre empresas e centros de pesquisa por toda a Europa, com vista à promoção do investimento, da competitividade, do crescimento e do emprego.

Organizações internacionais independentes tais como a Associação Europeia de Câmaras de Comércio e Indústria (*EUROCHAMBERS*)³², a Confederação dos Empresários Europeus (*BUSINESSEUROPE*)³³ e a Associação Europeia de Organizações de Pesquisa e Tecnologia (*EARTO*)³⁴ desempenham igualmente um papel importante no apoio e no aconselhamento das empresas, no incentivo ao desenvolvimento de projetos de inovação, ciência e transferência de saber, suportados por financiamento da UE.

Estratégia Política Europeia 2010-2020

A estratégia Europa 2020³⁵ é um plano de dez anos da União Europeia para o crescimento e emprego lançado em 2010. A UE definiu cinco objetivos que deverão ser alcançados até 2020. Esses objetivos abrangem emprego; pesquisa e desenvolvimento; clima/energia; educação; inclusão social e redução da pobreza. Os objetivos da estratégia são apoiados por sete iniciativas emblemáticas que servem de enquadramento às ações das autoridades nacionais e da UE com vista ao reforço das áreas prioritárias da Europa 2020, tais como a inovação, a economia digital, o emprego, a juventude, a política industrial, a redução da pobreza e a utilização eficiente de recursos. Cada Estado-Membro adotou os seus próprios objetivos nacionais em cada uma dessas áreas.³⁶

Em 2013, a Comissão Europeia lançou um comunicado intitulado “O Ensino Superior Europeu no Mundo”³⁷, com o intuito de promover o desenvolvimento de estratégias de internacionalização que permitam à Europa responder aos desafios globais de forma mais eficiente e assim concretizar os objetivos da estratégia Europa 2020.

²⁸ <http://eit.europa.eu/>

²⁹ <http://eit.europa.eu/kics/>

³⁰ <http://een.ec.europa.eu>

³¹ <http://ec.europa.eu/digital-agenda/en/growth-jobs/startup-europe>

³² <http://www.eurochambres.be>

³³ <http://www.buinesseuropa.eu>

³⁴ <http://www.earto.eu>

³⁵ http://ec.europa.eu/europe2020/index_en.htm

³⁶ http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-your-country/index_en.htm

³⁷ <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013DC0499&from=EN>



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

Algumas das estratégias sugeridas incluem desenvolvimento curricular internacional, formação de parcerias estratégicas para além das fronteiras da UE, busca de novas formas de veicular conhecimento e de assegurar a complementaridade com políticas nacionais para a cooperação externa, o desenvolvimento internacional e regional, as migrações, o comércio, o emprego, a pesquisa e a inovação.

A Comissão apoia os Estados-Membros e as Instituições de Ensino Superior no aumento da cooperação e da mobilidade com países da UE e de fora da UE, principalmente através dos programas Erasmus+³⁸ e Horizonte 2020.³⁹ Estes programas são os instrumentos financeiros da UE para implementar a estratégia Europa 2020, a partir de 2014, nas áreas da educação, formação, juventude, desporto, cooperação internacional, pesquisa e inovação. As atividades financiadas incluem, por exemplo, mobilidade de estudantes e de pessoal docente e não-docente, projetos de desenvolvimento de competências digitais, projetos de cooperação para o desenvolvimento e de apoio a reformas estruturais de ensino e pesquisa, desenvolvimento de programas conjuntos de mestrado e doutoramento, parcerias universidade-empresa e projetos de pesquisa e inovação.

³⁸ <http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus>

³⁹ <http://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/>



Links para informação-chave nas áreas do ensino superior, pesquisa e inovação na Europa

O enquadramento institucional

- Comissão Europeia (CE)
 - [DG EAC - Directorate-General for Education and Culture](#) (Direção-Geral de Educação e Cultura)
 - [DG RTD - Directorate-General for Research and Innovation](#) (Direção-Geral de Pesquisa e Inovação)
 - [DG ENTR - Directorate-General for Enterprise and Industry](#) (Direção-Geral da Empresas e da Indústria)
- Tópicos da UE (visão geral dos principais órgãos, legislação e documentos)
 - [Education, Training and Youth](#) (Educação, Formação e Juventude)
 - [Research and Innovation](#) (Pesquisa e Inovação)

O Processo de Bolonha e o Espaço Europeu de Ensino Superior

- [EHEA - European Higher Education Area](#) (Espaço Europeu de Ensino Superior)
- [EHEA Qualifications Framework](#) (Quadro de Qualificações do Espaço Europeu de Ensino Superior)
- [EQF - European Qualifications Framework](#) (Quadro Europeu de Qualificações)
- [EQAR - European Quality Assurance Register for Higher Education](#) (Registo Europeu das Agências de Garantia de Qualidade do Ensino Superior)
- [ESG - European Standards and Guidelines for Quality Assurance](#) (Normas e Orientações Europeias para a Garantia da Qualidade)

O Espaço Europeu de Pesquisa

- [ERA - European Research Area](#) (Espaço Europeu de Pesquisa)
- [ERC - European Research Council](#) (Conselho Europeu de Pesquisa)
- [JRC - Joint Research Centre](#) (Centro Comum de Pesquisa)
- [EUA/CDE - European University Association Council for Doctoral Education](#) (Conselho para a Educação Doutoral da Associação Europeia de Universidades)
- [Salzburg Principles](#) (Princípios de Salzburgo), 2005
- [Salzburg Recommendations II](#) (Recomendações de Salzburgo II), 2010
- [Principles for Innovative Doctoral Training](#) (Princípios para o desenvolvimento de programas doutorais inovadores), 2011
- [ERAWATCH](#)
- [EURAXESS Links](#)

Inovação, Ciência e Transferência de Tecnologia

- [Innovation Union](#) (União da Inovação)
- [Startup Europe](#)
- [EIT - European Institute of Innovation and Technology](#) (Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia)
- [EEN - Enterprise Europe Network](#) (Rede Europeia de Empresas)
- [EUROCHAMBERS - Association of European Chambers of Commerce and Industry](#) (Associação Europeia de Câmaras de Comércio e Indústria)
- [BUSINESSEUROPE - Confederation of European Business](#) (Confederação dos Empresários Europeus)
- [EARTO - European Association of Research and Technology Organisations](#) (Associação Europeia de Organizações de Pesquisa e Tecnologia)

Estratégia Política Europeia 2010-2020

- [Europe 2020 Strategy](#) (Estratégia Europa 2020)
- [European higher education in the world strategy](#) (Comunicado “O Ensino Superior Europeu no Mundo”)
- [Erasmus+](#)
- [Horizonte 2020](#)

Brasil

Enquadramento institucional

A organização política e administrativa no Brasil é constituída pelo governo federal e o distrito federal (Brasília), pelos estados (26) e os municípios (mais de 5000). Estas entidades colaboram e partilham responsabilidades em matéria de educação, pesquisa e inovação, entre outras áreas. O governo federal estabelece objetivos e prioridades de atuação política, propõe legislação e gere as políticas nacionais e o orçamento. É formado pelo Presidente, eleito por um período de quatro anos, e por um conjunto de ministros e outros oficiais do governo.

Os ministros representam o órgão executivo do governo federal. Cada ministro é responsável por uma área de atuação política. Existem 24 áreas de atuação política. Educação, ciência, tecnologia e inovação são as mais relevantes neste contexto.

O Ministério da Educação (MEC)⁴⁰ é responsável por desenvolver, implementar e avaliar a política nacional de educação, por assegurar a qualidade e fazer observar a lei e outras regulamentações normativas. No cumprimento das suas responsabilidades na área do ensino superior, o Ministério da Educação conta com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴¹, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁴², bem como com um conjunto de secretarias, incluindo a Secretaria de Educação Superior (SESu).

A SESu tem a seu cargo o planeamento, coordenação e supervisão do processo de formulação e implementação da política nacional de ensino superior. O plano de ação da SESu inclui atividades de avaliação da qualidade, regulação e supervisão das instituições e cursos de ensino superior; gestão e apoio ao desenvolvimento de programas de reestruturação e expansão da rede de universidades federais; desenvolvimento e gestão de programas de financiamento do ensino superior e de apoio social a estudantes.

A CAPES apoia o Ministério da Educação no desenvolvimento e implementação das políticas de estudos pós-graduados. Desde 2007, a CAPES tem também responsabilidade na área da formação de professores do ensino básico, ampliando o alcance das suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. As atividades da CAPES vão desde a avaliação da qualidade dos programas de pós-graduação, a divulgação da produção científica do país, o investimento na formação de recursos humanos altamente qualificados no país e no exterior (através de bolsas e outros mecanismos de financiamento), até à promoção da cooperação científica internacional e a melhoria da formação inicial e contínua de professores do ensino básico.

A principal atividade do INEP é focada no desenvolvimento de estudos, estatísticas e avaliações do Sistema de Educação brasileiro. O papel do INEP é mais detalhado abaixo na secção Garantia da Qualidade no Ensino Superior.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)⁴³ é responsável pelo desenvolvimento e coordenação de políticas nas áreas da ciência, tecnologia e inovação. O ministério tem quatro secretarias que apoiam a implementação e o desenvolvimento de programas de pesquisa, ciência, tecnologia e inclusão social, desenvolvimento tecnológico e inovação. O MCTI é ainda apoiado pelas suas duas principais agências executivas: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁴⁴ e a Financiadora de Estudos e Projetos

⁴⁰ <http://portal.mec.gov.br/>

⁴¹ <http://www.capes.gov.br/>

⁴² <http://portal.inep.gov.br/>

⁴³ <http://www.mcti.gov.br/>

⁴⁴ <http://www.cnpq.br/>

(FINEP)⁴⁵. O CNPq e a FINEP contribuem para a formulação de políticas nacionais de ciência e tecnologia e disponibilizam financiamento a estudantes de mestrado, doutorado e pós-doutorado e a pesquisadores através de bolsas nacionais e internacionais e de programas de apoio a projetos.

Outros ministérios relevantes tais como os ministérios da Cultura⁴⁶, Relações Exteriores⁴⁷, Desenvolvimento, Indústria e Comércio⁴⁸ e várias organizações estatais desempenham também papéis importantes nas áreas do ensino superior, da pesquisa e da inovação como iremos ver nas secções seguintes.

Ensino Superior e Pesquisa

O principal documento estratégico do sistema de educação brasileiro é o Plano Nacional de Educação (PNE)⁴⁹, à semelhança do que acontece nos Estados-Membros individuais da UE. Em discussão desde 2010, o mais recente Plano Nacional de Educação, anteriormente previsto para o período de 2010-2020, foi aprovado em 25 de junho de 2014 por um período de dez anos. Este Plano aplica-se a todo o sistema de educação (desde a educação pré-escolar até aos estudos universitários graduados e pós-graduados) no Brasil e estabelece dez linhas orientadoras e vinte metas para serem seguidas, implementadas e monitorizadas até 2024.

O PNE é complementado por um plano nacional específico relacionado com a educação pós-graduada que foi elaborado pela CAPES em 2010 para o período de 2011 a 2020. Este documento estratégico, denominado Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, define novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Este Plano tem 14 capítulos que tratam dos planos anteriores, da situação atual da pós-graduação no Brasil, das perspectivas de crescimento da mesma, do seu sistema de avaliação, da sua distribuição no território nacional, da internacionalização e cooperação internacional, do financiamento e da importância da interdisciplinaridade da pós-graduação.⁵⁰

O governo brasileiro pôs em funcionamento uma poderosa ferramenta para recolher e monitorizar a qualidade e a produção científica do país: a Plataforma Lattes⁵¹. A Plataforma Lattes é um sistema de informação em linha mantido pelo CNPq para gerir informação sobre ciência, tecnologia e inovação relacionada com pesquisadores individuais (Currículo Lattes), grupos de pesquisadores (Diretório de Grupos de Pesquisa) e instituições (Diretório de Instituições) que trabalham no Brasil. Pelo fato dos pesquisadores e instituições que interagem com o CNPq manterem os seus dados atualizados, a Plataforma Lattes pode ser usada não só para obter informação sobre pesquisadores individuais mas também para fazer avaliações de desempenho ao nível organizacional.

Currículo Lattes⁵²: base de dados com CVs de estudantes e pesquisadores brasileiros utilizada pela maioria das universidades e instituições de pesquisa e desenvolvimento. Atualmente, essa base de dados armazena cerca de 135.000 CVs.

Diretório dos Grupos de Pesquisa⁵³: base de dados com os recursos humanos constituintes

⁴⁵ <http://www.finep.gov.br/>

⁴⁶ <http://www.cultura.gov.br/>

⁴⁷ <http://www.itamaraty.gov.br>

⁴⁸ <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3456>

⁴⁹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm; pode acompanhar a implementação do plano através do observatório do PNE disponível em <http://www.observatoriodopne.org.br>

⁵⁰ <http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=4439>

⁵¹ <http://lattes.cnpq.br>

⁵² <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do;jsessionid=32BD518043824C27262993DDBFFDA867.node7>

⁵³ <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

dos grupos, linhas de pesquisa, a produção científica e os setores de aplicação envolvidos, etc. A informação sobre os participantes individuais nos grupos de pesquisa é extraída dos seus CVs Lattes.

Diretório de Instituições⁵⁴: base de dados com todas as instituições brasileiras ativamente envolvidas no Sistema de Ciência e Tecnologia do país que interagem com o CNPq (recebem financiamento ou participam em programas do CNPq).

A Plataforma Lattes é a mais importante fonte de informação centralizada sobre as atividades de pesquisa realizadas no Brasil.

Garantia da Qualidade no Ensino Superior

A garantia da qualidade do ensino superior brasileiro está sob a responsabilidade da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES)⁵⁵ e do INEP.

Em 2004, o Ministério da Educação aprovou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)⁵⁶. Os processos de avaliação e de garantia da qualidade do SINAES são supervisionados pela CONAES e operacionalizados pelo INEP.

O SINAES engloba três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Ensino, pesquisa, atividades de extensão, responsabilidade social, desempenho dos estudantes, gestão institucional, corpo docente, e instalações são alguns dos principais aspectos avaliados no âmbito do SINAES. As informações obtidas com o SINAES são utilizadas pelas IES, para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar as suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Inovação, Ciência e Transferência de Tecnologia

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015 (ENCTI)⁵⁷ é o plano de três anos que define a estratégia política de desenvolvimento sustentável do Brasil. O plano aborda cinco desafios: 1) redução da defasagem científica e tecnológica que ainda separa o Brasil das nações mais desenvolvidas; 2) expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento da natureza; 3) ampliação das bases para sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono; 4) consolidação do novo padrão de inserção internacional do Brasil; 5) superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais. Para enfrentar estes desafios, a estratégia tem por base três motores principais: a promoção da inovação, a formação e capacitação de recursos humanos e o reforço da pesquisa e da infraestrutura dedicada à ciência e tecnologia.

Entre as melhorias a implementar nas políticas de ciência, tecnologia e inovação, consta o aperfeiçoamento do quadro regulatório de fomento e incentivo à inovação, o aperfeiçoamento e o alargamento das fontes de financiamento e de investimento e o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).

⁵⁴ <http://di.cnpq.br/di/cadi/consultaInst.do>

⁵⁵ http://portal.mec.gov.br/index.php?catid=323:orgaos-vinculados&id=13082:apresentacao-conaes&option=com_content&view=article

⁵⁶ <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>

⁵⁷ http://erawatch.jrc.ec.europa.eu/erawatch/opencms/information/country_pages/br/policydocument/policydoc_0004

O programa Ciência sem Fronteiras (CsF)⁵⁸ é o instrumento financeiro emblemático do governo brasileiro para a implementação da estratégia política nacional de promoção da consolidação e da expansão da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil, através do intercâmbio internacional de estudantes e pesquisadores financiados pelo governo e pelo setor privado. O programa inclui também bolsas para pesquisadores jovens e seniores visitantes estrangeiros.

Algumas das entidades financiadoras mais relevantes no Brasil são: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), uma empresa pública estatal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs)⁵⁹.

Em termos de inovação e transferência de tecnologia no Brasil, é importante realçar o programa INCT e o recente Plano Inova Empresa.

INCT significa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia⁶⁰, uma iniciativa coordenada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação implementada pelo CNPq desde 2008. O Programa INCT visa mobilizar e agregar os melhores grupos de pesquisa em torno de áreas chave para o desenvolvimento sustentável do país. A criação de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia dentro das IES brasileiras de diferentes Estados do Brasil, com condições de trabalho estimulantes e laboratórios equipados com tecnologia de ponta, visa impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico puro e aplicado ao nível nacional e regional. Estes Institutos em parceria com entidades estatais financiadoras e empresas promovem também as capacidades empreendedoras e inovadoras dos jovens estudantes de vários níveis de estudo e dos pesquisadores. Os Institutos têm ainda como missão estabelecer programas que contribuam para a melhoria do ensino das ciências e a difusão da ciência para o cidadão comum.

O Plano Inova Empresa (PIE)⁶¹ lançado pelo governo brasileiro em 2013 visa tornar as empresas brasileiras mais competitivas nos mercados internacionais através da inovação tecnológica e do aumento da produtividade. Este Plano é apoiado pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII)⁶².

É igualmente relevante mencionar o programa Startup Brasil⁶³ criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O programa é coordenado pela Secretaria de Política de Informática (SEPIN) e pelo CNPq. Tem parcerias estabelecidas com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)⁶⁴ e com várias aceleradoras privadas que apoiam as empresas nacionais e internacionais emergentes de base tecnológica.

Outros agentes importantes nas áreas da inovação, ciência e transferência do saber são a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC)⁶⁵ e a Confederação Nacional da Indústria (CNI)⁶⁶. Através da criação de sinergias entre instituições de pesquisa e empresas, estas duas organizações contribuem para a melhoria, a competitividade e o crescimento dos setores econômicos e industriais do Brasil.

⁵⁸ <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/>

⁵⁹ <http://confap.org.br/news/>

⁶⁰ http://estatico.cnpq.br/portal/programas/inct/_apresentacao/

⁶¹ http://www.mct.gov.br/upd_blob/0225/225828.pdf

⁶² <http://www.embrapii.org.br/>

⁶³ <http://www.startupbrasil.org.br>

⁶⁴ <http://www.apexbrasil.com.br>

⁶⁵ <http://anprotec.org.br/site/en>

⁶⁶ <http://www.portaldaindustria.com.br>



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

Links para informação-chave nas áreas do ensino superior, pesquisa e inovação no Brasil

O enquadramento institucional

- [MEC – Ministério da Educação](#)
- [CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior](#)
- [INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira](#)
- [MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação](#)
- [CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico](#)
- [FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos](#)
- [MRE - Ministério das Relações Exteriores](#)
- [MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior](#)

Ensino Superior e Pesquisa

- [PNE- Plano Nacional de Educação](#)
- [PNPG - Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020](#)
- [Plataforma Lattes](#)

Garantia da Qualidade no Ensino Superior

- [CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior](#)
- [SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior](#)

Inovação, Ciência e Transferência de Tecnologia

- [ENCTI - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012 – 2015](#)
- [CsF - Ciência sem Fronteiras](#)
- [FAPs - Fundações de Amparo à Pesquisa](#)
- [INCT - Programa de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia](#)
- [PIE - Plano Inova Empresa](#)
- [EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial](#)
- [Programa Startup Brasil](#)
- [Apex-Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos](#)
- [ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores](#)
- [CNI – Confederação Nacional da Indústria](#)

A Parceria Estratégica União Europeia – Brasil

Declarações Conjuntas e Planos de Ação

Estabelecidas em 1960, as relações bilaterais UE-Brasil são regidas pelo Acordo-Quadro de Cooperação assinado em 1992, pelo Acordo-Quadro de Cooperação UE-Mercosul formalizado em 1995 e pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica assinado em 2004, em vigor desde 2007.

As relações bilaterais entre as duas regiões têm sido reforçadas também pelas Cimeiras UE-América Latina/Caraíbas, atualmente designadas de cimeiras UE-CELAC, tendo a primeira ocorrido no Rio de Janeiro (1999) e a última no Chile (2013).

Visando aprofundar as relações bilaterais, os representantes governamentais da União Europeia e do Brasil realizaram a primeira Cúpula UE-Brasil⁶⁷ em julho de 2007 em Lisboa, Portugal. Durante esta Cúpula foi lançada oficialmente a Parceria Estratégica UE-Brasil (também conhecida por Diálogo Político de Alto Nível UE-Brasil). Desde essa altura, mais seis cúpulas anuais foram realizadas ora na Europa ora no Brasil⁶⁸. Após cada cúpula é emitida uma Declaração Conjunta que reafirma o empenho das duas regiões em colaborar em assuntos internacionais e regionais de interesse comum. Até ao momento foram também produzidos dois Planos de Ação Conjuntos no âmbito da segunda cúpula em 2008 e da quinta cúpula em 2011. Um Plano de Ação Conjunto (JAP – *Joint Action Plan*) é uma ferramenta para orientar a execução concreta dos objetivos e prioridades definidas na Parceria Estratégica. Cada JAP é válido por três anos e identifica os objetivos específicos para as cinco áreas de prioridade para a cooperação e a atividade conjunta em que as partes se comprometem em construir uma parceria estratégica global:

1. Promover a paz e a segurança abrangente por meio de um sistema multilateral eficaz;
2. Reforçar a parceria econômica, social e ambiental para promover o desenvolvimento sustentável;
3. Promover a cooperação regional;
4. Promover a ciência, a tecnologia e a inovação;
5. Promover os contatos entre as pessoas e os intercâmbios culturais.

Como referido atrás, foi adotado um JAP durante a 2.^a Cúpula realizada no Rio de Janeiro em 2008 para o período de 2009-2011⁶⁹ e um segundo JAP durante a 5.^a Cúpula realizada em 2011 cobrindo o triênio de 2012-2014⁷⁰. Cerca de 30 áreas de interesse comum contempladas no Diálogo Político de Alto Nível (também designadas de Diálogos Setoriais) previstas nos JAP têm iniciativas a decorrer e estão em avanço constante⁷¹.

Os tópicos relacionados com cooperação internacional na área do ensino superior, da pesquisa e da inovação estiveram sempre presentes nas diferentes declarações conjuntas emitidas após cada cúpula, no entanto, a relevância dada a esses tópicos aumenta a partir de

⁶⁷ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:52007DC0281:EN:NOT>

⁶⁸ http://eeas.europa.eu/brazil/summit/index_en.htm

⁶⁹ http://eeas.europa.eu/brazil/docs/2008_joint_action_plan_en.pdf

⁷⁰ http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/124878.pdf

⁷¹ Veja o Observatório dos Diálogos Setoriais em <http://sectordialogues.org> e em <http://ec.europa.eu/research/iscp/index.cfm?lg=en&pg=brazil#policydialogue>. Está disponível também um relatório em português sobre a implementação dos Diálogos Setoriais UE-Brasil entre 2008 e 2011 em http://antigo.dialogossetoriais.org/images/stories/institucional/d1_estudoestadoarte.pdf

2011. Um exemplo disso é a Declaração Conjunta da 5.^a Cúpula UE-Brasil de 4 de outubro de 2011⁷². Nesta declaração, o programa Ciência sem Fronteiras (CsF) do governo brasileiro, o programa Erasmus Mundus, o 7.^o Programa-quadro para a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (7FP) e as Ações Marie Curie da UE são vistos como instrumentos de atuação política para impulsionar e pôr em prática a cooperação entre as duas regiões. O envolvimento ativo das instituições de ensino superior e do corpo docente na implementação do Diálogo Político de Alto Nível é outro dos aspectos salientados neste documento.

Os atuais e novos programas de financiamento emblemáticos brasileiros e europeus (CsF, no caso do Brasil, e Erasmus+ e Horizonte 2020, no caso da UE) são mencionados de forma recorrente nos subseqüentes comunicados e declarações conjuntas das Cúpulas UE-Brasil. O que também é recorrente é a conclusão de que há uma enorme necessidade de aumentar a visibilidade da cooperação acadêmica existente e das oportunidades de intercâmbio, de assegurar a sua disseminação adequada e de se fazer um trabalho conjunto de remoção dos obstáculos existentes ao reconhecimento e à mobilidade acadêmica.

Durante a 7.^a Cúpula União Europeia-Brasil, realizada em 24 de fevereiro de 2014 em Bruxelas (Bélgica), as autoridades brasileiras e europeias reavaliaram os níveis de estruturação e de avanço dos diálogos setoriais em curso e discutiram as áreas chave a incluir no próximo JAP para o triênio 2015-2017⁷³.

Diálogo Político sobre Ensino Superior

A Direção-Geral de Educação e Cultura da UE e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação do Brasil são responsáveis pelo diálogo político em matéria de ensino superior.

Na sequência de um Memorando de Entendimento de julho de 2007, que formalizou o programa indicativo incluído no Documento de Estratégia para o Brasil (CSP - *Country Strategy Paper*)⁷⁴ cobrindo o período de 2007-2013, e a Declaração Conjunta de maio de 2009⁷⁵, ocorreram até ao momento dois diálogos políticos específicos na área do ensino superior: o primeiro em novembro de 2011⁷⁶ e o segundo em outubro de 2013⁷⁷.

Entre as principais prioridades que foram identificadas no âmbito dos dois diálogos em ensino superior constam a necessidade de promover um entendimento mútuo acerca das prioridades e dos sistemas de ensino superior da UE e do Brasil; de remover os obstáculos à mobilidade acadêmica, ao reconhecimento dos estudos e à cooperação entre a UE e o Brasil; de aumentar a visibilidade da cooperação acadêmica e dos programas de mobilidade de ambas as partes (Ciência sem Fronteiras, Erasmus+ e Ações Marie Skłodowska-Curie) e de facilitar a comunicação em rede de estudantes e pessoal de ensino superior.

No contexto destes dois diálogos, foram produzidos três resultados:

- *Analysis of existing co-operation in terms of academic mobility between the EU and Brazil and identification of the main obstacles to mobility*⁷⁸ (Análise da cooperação existente em termos de mobilidade acadêmica entre a UE e o Brasil e identificação

⁷² http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/124878.pdf

⁷³ http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/ec/141145.pdf

⁷⁴ http://eeas.europa.eu/brazil/csp/2007_csp_en.pdf

⁷⁵ http://ec.europa.eu/education/international-cooperation/documents/brazil/eu-brazil-cooperation-declaration_en.pdf

⁷⁶ http://ec.europa.eu/education/international-cooperation/documents/brazil/first-policy-dialogue_en.pdf

⁷⁷ http://ec.europa.eu/education/international-cooperation/documents/brazil/second-policy-dialogue_en.pdf

⁷⁸ http://ec.europa.eu/education/international-cooperation/documents/brazil/academic-mobility-report_en.pdf

- dos principais obstáculos à mobilidade), setembro de 2012
- *Brazil – EU Seminar on academic mobility, internationalisation and innovation*⁷⁹ (Seminário Brasil-UE sobre mobilidade acadêmica, internacionalização e inovação), outubro de 2013
 - *EU-Brazil Rectors' Forum on innovation, internationalisation and entrepreneurship in higher education*⁸⁰ (Fórum UE-Brasil sobre internacionalização e empreendedorismo no ensino superior), fevereiro de 2014

O próximo diálogo político será realizado em Bruxelas em 2015. A cooperação entre a UE e o Brasil em matéria de educação e formação pode ser seguida no sítio web da DG EAC na secção dedicada ao Brasil⁸¹.

Diálogo Político sobre Ciência e Tecnologia

A Direção-Geral de Pesquisa e Inovação (DG RTD) da UE, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil são os principais órgãos envolvidos no diálogo político sobre ciência e tecnologia entre a UE e o Brasil.

A cooperação em matéria de ciência e tecnologia entre as duas regiões tem as suas raízes mais recentes no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (*Agreement for Scientific and Technological Cooperation - AS&T*)⁸² assinado em 2004 e posto em prática entre 2007 e 2011. O objetivo do acordo era encorajar, desenvolver e facilitar atividades de cooperação de natureza científica, tecnológica e de desenvolvimento em áreas de interesse mútuo.

Para aprofundar as relações bilaterais, foi celebrada a Parceria Estratégica UE-Brasil em 2007 (Lisboa) durante a primeira Cúpula UE-Brasil e mais tarde, em 2008, foi adoptado o Plano de Ação Conjunta UE-Brasil em que se reforçou a cooperação em ciência e tecnologia. Como parte deste processo, o JRC da UE e o MCTI do Brasil assinaram um Acordo de Cooperação para fortalecer e melhor estruturar as atividades científicas e cooperativas em áreas de interesse comum no âmbito da 6.ª Cúpula UE-Brasil em 24 de janeiro de 2013⁸³. As principais áreas contempladas no acordo são: prevenção de desastres e de gestão de crises; mudanças climáticas e gestão sustentável de recursos naturais e de serviços de ecossistemas; energia, incluindo bioenergia e redes elétricas inteligentes; segurança alimentar; bioeconomia; tecnologias de informação e comunicação, bem como nanotecnologias. O Comitê Diretivo UE-Brasil para a Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (JSC – *Joint Steering Committee*) tem-se reunido regularmente para avaliar o progresso do plano de desenvolvimento bilateral. Na reunião do Comitê Diretivo de junho de 2013 foram focadas as seguintes áreas de cooperação: pesquisa marinha; segurança alimentar, agricultura sustentável e bioeconomia; energia e nanotecnologias. O tópico da inovação foi também reafirmado como um aspeto chave da cooperação entre a UE e o Brasil⁸⁴. No âmbito do programa Horizonte 2020 existem oportunidades de formação de parcerias brasileiras e europeias de acordo com critérios específicos ligados a prioridades políticas, acordos existentes e áreas científicas específicas⁸⁵.

O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (AS&T) foi renovado em 2012 por mais

⁷⁹ http://ec.europa.eu/education/international-cooperation/documents/brazil/academic-mobility-report_en.pdf

⁸⁰ http://ec.europa.eu/education/international-cooperation/documents/brazil/rectors-forum-conclusions_en.pdf

⁸¹ http://ec.europa.eu/education/international-cooperation/brazil_en.htm

⁸² [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:22005A1111\(01\)](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:22005A1111(01))

⁸³ <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/atos-assinados-por-ocasio-da-vi-cupula-brasil2013uniao-europeia-brasilia-24-de-janeiro-de-2013>

⁸⁴ <http://ec.europa.eu/euraxess/index.cfm/links/singleNews/45258>

⁸⁵ <http://www.b-bice-plus.eu/horizon-2020/>

cinco anos e foi publicado um relatório da cooperação científica e tecnológica entre a União Europeia e o Brasil (*“Review of S&T Cooperation between the European Union and the Federative Republic of Brazil”*)⁸⁶. Este relatório está estruturado em seis secções. Inicia-se com um sumário executivo e cobre a evolução da cooperação bilateral, a estrutura e a governança institucional do acordo e os seus principais resultados e impactos. São abordados vários acordos do Brasil com determinados Estados-Membros da UE e as recomendações recaem, entre outros aspetos, sobre reforço da natureza estratégica da cooperação e sobre a melhoria da coordenação da cooperação com o Brasil ao nível da UE e dos Estados-Membros.

Relativamente à necessidade de uma melhor coordenação da cooperação com o Brasil ao nível da UE e dos Estados-Membros, é importante sublinhar a criação do Fórum Estratégico para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (SFIC - *Strategic Forum for International Science and Technology Cooperation*) do Conselho da UE em 2008 e o lançamento da Iniciativa Brasil (*Brazil Initiative*) em outubro de 2012.

O SFIC é um fórum estratégico e um órgão de apoio à decisão do Conselho e da Comissão que visa implementar uma Parceria Europeia no campo da cooperação científica e tecnológica internacional. Os Estados-Membros e a Comissão são membros do Fórum enquanto que os países associados ao 7.º Programa-Quadro têm estatuto de observadores. O objetivo do SFIC é facilitar o desenvolvimento avançado, a implementação e o monitoramento da dimensão internacional do Espaço Europeu de Pesquisa, através da partilha de informação e da interação entre parceiros com vista à identificação de prioridades comuns que possam originar atividades coordenadas conjuntas⁸⁷.

A Iniciativa Brasil lançada pelo SFIC conta com a colaboração dos representantes ministeriais da área de ciência e tecnologia dos Estados-Membros da UE, especialistas da Direção-Geral de Pesquisa e Inovação e conselheiros de ciência e inovação da Delegação da UE no Brasil. A iniciativa foca-se na recolha de informação sobre atividades científicas e tecnológicas da UE, dos Estados-Membros e dos Países Associados, direcionadas ou em parceria com o Brasil, incluindo intercâmbio em colaboração com a rede de conselheiros de ciência no Brasil; análise de atividades cooperativas bem-sucedidas e verificação de possíveis sobreposições de atividades; identificação de áreas recomendadas em que existe potencial para uma abordagem europeia mais coordenada em relação ao Brasil, que gere valor acrescentado às atividades de cooperação existentes⁸⁸.

No âmbito desta Iniciativa, o SFIC preparou um relatório sobre a cooperação em matéria de pesquisa e inovação entre a União Europeia, os Estados-Membros, os Países Associados e o Brasil (*Overview of the Research and Innovation Co-operation between the European Union, Member States, Associated Countries and Brazil*)⁸⁹ em maio de 2013, que serviu de documento de trabalho para o primeiro Workshop do SFIC intitulado “Approaching Brazil”⁹⁰ que teve lugar em Bruxelas em 17 de junho de 2013. O SFIC está a elaborar um programa de atividades visando o Brasil que deverão acontecer nos próximos dois ou três anos. A participação na Tour do Brasil 2014⁹¹ – uma iniciativa da Delegação da UE no Brasil e dos Estados-Membros para estimular novas atividades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre a Europa e o Brasil – é uma das atividades previstas no programa do SFIC.

Para além destas iniciativas de alto nível, existem vários projetos e redes financiadas pela UE que visam o desenvolvimento do diálogo com o Brasil e outros países latino-americanos na área de ciência, tecnologia e inovação, tais como B.BICE+, REALITY, ERANET-LAC, ALCUE-

⁸⁶ http://ec.europa.eu/research/iscp/pdf/policy/review_brazil_agreement_2007-2011.pdf#view=fit&pagemode=none

⁸⁷ <http://ec.europa.eu/research/iscp/index.cfm?lg=en&pg=sfic-general>

⁸⁸ <http://ec.europa.eu/research/iscp/index.cfm?pg=sfic-brazil>

⁸⁹ http://ec.europa.eu/research/iscp/pdf/sfic/brazil_workshop_background_document.pdf#view=fit&pagemode=none

⁹⁰ http://ec.europa.eu/research/iscp/pdf/sfic/brazil_workshop_report.pdf#view=fit&pagemode=none

⁹¹ <http://www.uebrasilrtd.org/tourdobrasil/index/lang/en>

NET. Para informações mais detalhadas sobre estes projetos e redes pode ser consultada a página web de recursos do projeto ALISIOS⁹².

Quando se fala do diálogo político sobre ciência e tecnologia devem ser considerados outros diálogos da Parceria Estratégica, especialmente o Plano de Ação sobre Investimentos e Competitividade do Grupo de Trabalho Ad hoc sobre temas econômicos, que dedica grande parte à pesquisa e à inovação industrial. Algumas das ações do plano incluem a promoção de oportunidades para investidores com o apoio do Banco Europeu de Investimento, EUROCHAMBERS, BUSINESSEUROPE, APEX-Brasil e CNI; o reforço da cooperação no domínio da pesquisa e da inovação industrial no quadro do Acordo de Cooperação JRC-MCTI de janeiro de 2013; a promoção da comunicação em rede entre empresas e centros de pesquisa das duas regiões com o apoio da EEN e da CNI, bem como a criação de sinergias entre os programas “Startup Europe” e “Startup Brasil”; a intensificação da ligação entre estudantes e empregadores através da oferta de estágios por parte das empresas europeias e das subsidiárias brasileiras na Europa para os estudantes do programa Ciência sem Fronteiras, como uma forma de complementar-lhes os estudos, colocando-os mais próximos da prática em sua área acadêmica⁹³.

⁹² <http://www.alisios-project.eu/resources>

⁹³ <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/documentos-assinados-por-ocasio-da-vii-cupula-brasil2013uniao-europeia-bruxelas-24-de-fevereiro-de-2014>



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

Links para informação-chave sobre a Parceria Estratégica União Europeia-Brasil

- [EU-Brazil Strategic Partnership](#) (Parceria Estratégica UE-Brasil)
- [EU-Brazil Summits](#) (Cúpulas UE-Brasil)
- [Joint Action Plan – JAP](#) (Plano de Ação Conjunta) 2009-2011
- [Joint Action Plan – JAP](#) (Plano de Ação Conjunta) 2012-2014

Diálogo Político sobre Ensino Superior

- [First Higher Education Policy Dialogue](#) (Primeiro Diálogo Político sobre Ensino Superior), 21 de novembro de 2011
- [Second Higher Education Policy Dialogue](#) (Segundo Diálogo Político sobre Ensino Superior), 18 de outubro de 2013
- [Analysis of existing co-operation in terms of academic mobility between the EU and Brazil and identification of the main obstacles to mobility](#) (Análise da cooperação acadêmica entre a UE e o Brasil e identificação dos principais obstáculos à mobilidade), setembro de 2012
- [EU-Brazil Rectors' Forum on innovation, internationalisation and entrepreneurship in higher education](#) (Fórum UE-Brasil sobre internacionalização e empreendedorismo no ensino superior), fevereiro de 2014
- [Overview of the EU-Brazil cooperation in education and training](#) (Visão geral sobre a cooperação UE-Brasil na área da educação e da formação)

Diálogo Político sobre Ciência e Tecnologia

- [Agreement for Scientific and Technological Cooperation \(AS&T\)](#) (Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica), 2007-2011
- [Review of S&T Cooperation between the European Union and the Federative Republic of Brazil](#) (Relatório sobre a Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil), junho de 2012
- [Cooperation Arrangement between the EU Joint Research Centre and the Brazilian Ministry of Science, Technology and Innovation](#) (Acordo de Cooperação entre o Centro Comum de Pesquisa da UE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil), janeiro de 2013
- [Overview of the Research and Innovation Co-operation between the European Union, Member States, Associated Countries and Brazil](#) (Relatório Geral sobre a Cooperação entre a União Europeia, os Estados-Membros, os Países Associados e o Brasil, em matéria de Pesquisa e Inovação), maio de 2013
- [SFIC - Strategic Forum for Science and Technology International Cooperation](#) (Fórum Estratégico para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional)
 - [Brazil Initiative](#) (Iniciativa Brasil)
 - [SFIC Report on the Workshop "Approaching Brazil"](#) (Relatório do SFIC sobre o Workshop "Approaching Brazil"), 17 de junho de 2013
 - [Tour of Brazil 2014](#) (Tour do Brasil 2014)
- [Plan of Action on Competitiveness and Investments](#) (Plano de Ação sobre Investimentos e Competitividade), 24 de fevereiro de 2014



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

Conclusão

Os membros do projeto ALISIOS acreditam que as oportunidades para a cooperação no domínio do ensino superior e da pesquisa são mais atraentes quando se identificam áreas de interesse comum e os agentes relevantes apoiam essas possibilidades de uma cooperação focada e temática em termos políticos e financeiros.

Neste primeiro documento do projeto ALISIOS, esforçamo-nos por apresentar uma visão geral necessária sobre os principais enquadramentos institucionais, atores e estratégias políticas relevantes para a cooperação entre a UE e o Brasil em matéria de educação, ciência e inovação. Esperamos deste modo contribuir para um aumento da visibilidade e da relevância dos vários programas de educação e pesquisa e das parcerias de cooperação europeias e brasileiras, que são facilitadas pelos Diálogos Políticos, as ferramentas e as organizações existentes.

Anexo

Lista das organizações responsáveis pelo Ciência sem Fronteiras na Europa

Alemanha	DAAD; Fraunhofer
Áustria	OeAD – Agência Austríaca para a Cooperação Internacional em Educação e Pesquisa; 11 universidades
Bélgica	Conselho Flamengo de Ensino Superior (VLUHR), através do projeto "Study In Flanders", liderado pela Agência Flamenga da Flandres para a Mobilidade e Cooperação no Ensino; Conselho Interuniversitário da Comunidade Francesa (CIUF)
Dinamarca	As 8 universidades dinamarquesas (<i>Copenhagen Business School, Aalborg, Aarhus, Copenhagen, Roskilde, TI Copenhagen, South Denmark, Technical of Denmark</i>)
Espanha	Ministério da Educação, Cultura e Esporte de Espanha, através da agência "Universidad.es - Universidades de España"
Finlândia	CIMO (Centro para a Mobilidade Internacional). Embora seja independente, colabora com o Ministério finlandês de Educação e Cultura.
França	<i>Campus France; Agreenium; CIFRE-Brasil; CNRS; COFECUB; Inria; Iserm; IRD.</i>
Holanda	NUFFIC (Neso Brasil). A NUFFIC é a organização holandesa para a cooperação no ensino superior. Nesos são gabinetes de apoio da NUFFIC.
Hungria	Conselho de Reitores Húngaros
Irlanda	<i>Higher Education Authority (Autoridade para o Ensino Superior)</i>
Itália	Universidade de Bolonha (coordenadora); 11 universidades; <i>Centro Nazionale delle Ricerche; BIOGEM; TELECOM ITALIA</i>
Noruega	SIU (Centro Norueguês para a Cooperação Internacional em Ensino Superior)
Polónia	KRASP – Conselho de Reitores Polacos
Portugal	CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) e CCISP (Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos)
Reino Unido	<i>Universities United Kingdom (Universities.UK)</i>
República Checa	Academia das Ciências da República Checa; Universidade Carolina e Universidade Técnica de Praga
Suécia	UHR – Conselho de Ensino Superior da Suécia
Suíça	SERI – Secretaria de Estado para a Educação, Pesquisa e Inovação
Ucrânia	Ministério da Educação, Ciência, Juventude e Esporte; Centro Estatal para a Educação Internacional na Ucrânia; Academia Nacional de Ciências; 5 universidades nacionais; Agência Espacial Estatal da Ucrânia (SSAU); 9 Institutos de Pesquisa



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

Lista de organizações brasileiras governamentais e não governamentais envolvidas na educação, pesquisa e inovação (organizadas alfabeticamente)

Órgãos/ Organizações governamentais

- **ABC** – Agência Brasileira de Cooperação
<http://www.abc.gov.br/>
- **CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<http://www.capes.gov.br/>
- **CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<http://www.cnpq.br/>
- **CONAES** - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>
- **FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos
<http://www.finep.gov.br/>
- **INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<http://portal.inep.gov.br/>
- **MCTI** – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
<http://www.mcti.gov.br/>
- **MDIC** - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<http://www.mdic.gov.br>
- **MEC** – Ministério da Educação
<http://portal.mec.gov.br/>
- **MRE** – Ministério das Relações Exteriores
<http://www.itamaraty.gov.br/>

Organizações não-governamentais

- **ANDIFES** - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
<http://www.andifes.org.br/>
- **ANPROTEC** – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
<http://www.andifes.org.br/>
- **CONFAP** – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
<http://confap.org.br/>
- **CRUB** – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
<http://www.crub.org.br/>



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

- **EMBRAPII** - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
<http://embrapii.org.br/>
- **FAPs** – Fundações de Amparo à Pesquisa
<http://confap.org.br/>
- **FAUBAI** - Associação Brasileira de Educação Internacional
<http://www.faubai.org.br/>
- **FOPROP**- Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação
<http://www.foprop.org.br/>
- **GCUB** – Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras (associação de universidades brasileiras, representando um leque alargado de 65 instituições de ensino superior que cooperam no domínio da internacionalização)
<http://www.grupocoimbra.org.br/coimbra/>
- **IBE** – Instituto de Estudos Brasil-Europa
<http://www.ibe.usp.br/>

Lista de órgãos da União Europeia e outras organizações europeias envolvidas na educação, pesquisa e inovação (organizadas alfabeticamente)

Órgãos/ redes da União Europeia

- **COE** – *Council of Europe* (Conselho da Europa)
<http://hub.coe.int>
- **CORDIS** - *Community Research and Development Information Service* (Serviço Comunitário de Informação para a Pesquisa e o Desenvolvimento)
<http://cordis.europa.eu>
- **DG EAC** - *Directorate General for Education and Culture* (Direção-Geral de Educação e Cultura)
http://ec.europa.eu/dgs/education_culture
- **DG ENTR** - *Directorate General for Enterprise and Industry* (Direção-Geral das Empresas e da Indústria)
<http://ec.europa.eu/enterprise/>
- **DG RTD** – *Directorate General for Research and Innovation* (Direção-Geral de Pesquisa e Inovação)
<http://ec.europa.eu/research>
- **EACEA** - *Education, Audiovisual and Culture Executive Agency* (Agência Executiva para a Educação, Audiovisual e Cultura)
<http://eacea.ec.europa.eu>
- **EC** – *European Commission* (Comissão Europeia)
<http://ec.europa.eu>
- **EEAS** - *European External Action Service* (Serviço Europeu para a Ação Externa)
<http://www.eeas.europa.eu>
- **EIT** – *European Institute of Technology* (Instituto Europeu de Tecnologia)
<http://eit.europa.eu>
- **ERC** – *European Research Council* (Conselho Europeu de Pesquisa)
<http://erc.europa.eu>
- **EURAXESS Links**
<http://ec.europa.eu/euraxess/index.cfm/links/>
- **European Council** (Conselho Europeu)
<http://www.european-council.europa.eu>
- **European Union Delegation in Brazil** (Delegação da União Europeia no Brasil)
<http://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/>



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

- **EURYDICE** – *Network on Education Systems and Policies in Europe* (Rede Europeia sobre Sistemas e Políticas de Educação)
<http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice>
- **JRC** – *Joint Research Centre* (Centro Comum de Pesquisa)
<http://ec.europa.eu/dgs/jrc/>
- **NARIC Network** - *National Academic Recognition Information Centres* (Centros Nacionais de Informação sobre o Reconhecimento Acadêmico)
<http://www.enic-naric.net/>
- **REA** - *Research Executive Agency* (Agência Executiva para a Pesquisa)
<http://ec.europa.eu/real>
- **SFIC** – *Strategic Forum for International Science and Technology Cooperation* (Fórum Estratégico para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional)
<http://ec.europa.eu/research/iscp/index.cfm?lg=en&pg=sfic-general>

Outras organizações europeias

- **ACA** – *Academic Cooperation Association* (Associação para a Cooperação Acadêmica)
<http://www.aca-secretariat.be/>
- **Campus France** – a agência nacional francesa para a promoção do ensino superior, dos serviços para estudantes internacionais e da mobilidade internacional
<http://www.campusfrance.org/en>
- **CIMO** – Centro para a Mobilidade Internacional da Finlândia
<http://www.cimo.fi/frontpage>
- **Coimbra Group** – associação das universidades europeias mais antigas, representado um leque alargado de 39 instituições de ensino superior multidisciplinares de 23 países, que cooperam nas áreas da internacionalização e do desenvolvimento estratégico
<http://www.coimbra-group.eu/>
- **Conselhos de Reitores** – associações nacionais de reitores
- **DAAD** – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico: a agência nacional alemã para a cooperação acadêmica internacional
<https://www.daad.de/en/>
- **EAIE** - *European Association for International Education* (Associação Europeia para a Educação Internacional)
<http://www.eaie.org/home.html>
- **EARTO** - *European Association of Research and Technology Organisations* (Associação Europeia de Organizações de Investigação e Tecnologia)
<http://www.earto.eu/>
- **ECA** - *European Consortium for Accreditation* (Consórcio Europeu de Acreditação)
<http://ecahe.eu/>
- **EMA** – *Association for students and alumni of Erasmus Mundus Master and Doctoral programmes* (Associação de estudantes e antigos estudantes de mestrado e doutoramento Erasmus Mundus)
<http://www.em-a.eu>



ALISIOS

DOCUMENTO
DE TRABALHO
N.º 1

JULHO DE 2014

ENSINO SUPERIOR E
PESQUISA NO BRASIL E NA
UE: ENQUADRAMENTO,
POLÍTICAS E ESTRUTURAS

- **ENQA** – *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior)
<http://www.enqa.eu/>
- **ESMU** - *European Centre for Strategic Management of Universities* (Centro Europeu para a Gestão Estratégica das Universidades)
<http://www.esmu.be/>
- **ESU** – *European Students Union* (Associação Europeia de Estudantes)
<http://www.esu-online.org>
- **EUA** – *European University Association* (Associação Europeia de Universidades)
<http://www.eua.be/>
- **EURASHE** - *European Association of Institutions in Higher Education* (Associação Europeia de Instituições de Ensino Superior)
<http://www.eurashe.eu/>
- **IUA** - *Irish Universities Association* (Associação de Universidades Irlandesas)
<http://www.iua.ie/>
- **LERU** - *League of European Research Universities* (Liga das Universidades Europeias de Pesquisa)
<http://www.leru.org/>
- **Agências Nacionais** – agências dos Estados-Membros da UE responsáveis pela gestão e implementação de programas de financiamento da UE nas áreas da educação, formação e juventude
http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/tools/national-agencies/index_en.htm
- **NUFFIC** – a organização holandesa para a cooperação internacional no ensino superior
<http://www.nuffic.nl/en>
- **OeAD** - Agência Austríaca para a Cooperação Internacional em Educação e Pesquisa
<http://www.oead.at>
- **SIU** - Centro Norueguês para a Cooperação Internacional em Ensino Superior
<http://www.siu.no/eng>
- **Universidad.ES** – fundação pública para a promoção internacional das universidades espanholas
<http://universidad.es/>
- **Universities.UK** – associação de universidades do Reino Unido
<http://www.universitiesuk.ac.uk/>
- **Utrecht Network** – associação de universidades, representando um leque alargado de 31 instituições de ensino superior europeias de 29 países, que cooperam na área da internacionalização
<http://www.utrecht-network.org/>